

COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS

Empreendimento potencialmente poluidor sem licença ambiental válida - Maiale Carnes Suínas.

IC - Inquérito Civil nº 06.2022.00000958-4

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Eduardo Sens dos Santos, titular da 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, e de outro lado **MAIALE CARNES SUÍNAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 00.714.621/0001-37, com sede na Linha Simonetto, Chapecó, CEP 89.804.460, telefone n. (49) 3321-4801, e-mail maiale@maiale.com.br, representada por Fernando Mário Lanznaster, CPF 021.156.359-57, telefone n. (49) 98401-5889, doravante denominada *compromissária*,

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), na Lei Complementar Estadual n. 738, de 23 de janeiro de 2019 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público de Santa Catarina) e na Lei n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública);

CONSIDERANDO que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", consoante dita o artigo 225, *caput*, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Resolução Conama n. 237/97 estipula

que o licenciamento é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades que utilizam recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;

CONSIDERANDO que o Anexo VI - Atividade 26.50.30, da Resolução Consema n. 98/2017, estabelece enquanto atividade sujeita ao licenciamento ambiental: o abate de animais de médio porte (suínos, ovinos, caprinos) em abatedouros, frigoríficos e charqueadas, com ou sem industrialização de produtos de origem animal;

CONSIDERANDO o contido no Auto de Infração Ambiental 15451-D dando conta de infração consistente em operação de empreendimento potencialmente poluidor sem licença ambiental válida, implicando na infração do art. 66 do Decreto Federal n. 6.514/06, sendo o grau de lesividade II;

CONSIDERANDO os indicativos do IMA no sentido de que os documentos do processo de licenciamento ambiental e vistoria anterior indicam a operação da atividade de abate, LAO 9182/2012, vencida no ano de 2016;

CONSIDERANDO ser a conduta intencional já que é de amplo conhecimento que para operar o empreendimento de abate de suínos há necessidade do crivo do órgão ambiental, por meio da expedição da licença competente;

CONSIDERANDO o teor dos relatórios de ensaio físico-químico confeccionados pelo Fiesc-Senai dos quais foi possível elaborar as indicações para melhorias que deverão ser realizadas no local;

CONSIDERANDO que tramita no âmbito do Ministério Público o Inquérito Civil Público n. 06.2022.00000958-4, cujo objeto é apurar a operação de

atividade potencialmente poluidora, sem licença ambiental válida, realizada pelo empreendimento Maiale Carnes Suínas Ltda;

RESOLVEM celebrar o presente compromisso de ajustamento de condutas, com as cláusulas e condições a seguir:

DO OBJETIVO

Cláusula 1ª: O presente compromisso de ajustamento de conduta tem por objeto o licenciamento ambiental e o controle do lançamento de efluentes pelo empreendimento Maiale Carnes Suínas Ltda, situado na Linha Simonetto, interior de Chapecó;

Parágrafo único: Objetiva-se a obtenção de licença ambiental de operação e o compromisso de manutenção do lançamento de efluentes dentro dos parâmetros legais, atendendo aos requisitos técnicos em vigor.

DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

Cláusula 2ª: A compromissária Maiale Carnes Suínas Ltda apresentou na data de hoje a LAO 7767/2021, válida até 15/12/2025;

Parágrafo único. A empresa manterá seu licenciamento ambiental constantemente válido.

Cláusula 3ª: A compromissária se compromete doravante a manter o nível de lançamento de efluentes permanentemente dentro dos parâmetros legais determinados pela Resolução CONAMA 430/2011 (ou norma que a substituir).

Cláusula 4ª - Semestralmente, pelo período mínimo de dois anos, prorrogável a critério de qualquer das partes, a compromissária apresentará ao Ministério Público relatório de análise bioquímica dos efluentes lançados;

Cláusula 5ª - Como medida compensatória pelo ilícito identificado

nos autos, a compromissária, no prazo de 60 dias, pagará compensação no valor total de R\$ 10.000,00, metade ao Fundo Municipal de Reconstituição de Bens Lesados¹ e metade ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados;

DO DESCUMPRIMENTO

Cláusula 6ª: Incidirá o compromissário em multa diária de R\$ 500,00 em caso de descumprimento, ou de multa de R\$ 50.000,00 por ocorrência.

Parágrafo primeiro. As multas reverterão 50% ao Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados e 50% ao Fundo Municipal para Reconstituição dos Bens Lesados;

Parágrafo segundo. O pagamento de eventual multa não exime o compromissário de dar cumprimento à obrigação contraída;

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 7ª. O Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra o compromissário, desde que cumpridos os itens ajustados, no prazo estabelecido.

Cláusula 8ª. O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Chapecó, 28 de março de 2022

Eduardo Sens dos Santos
Promotor de Justiça

Maiale Carnes Suínas Ltda
Compromissária

¹ Depósito na conta Banco do Brasil nº 87.880-4, Agência 0321-2, CNPJ 83.021.808/0001-82, em nome do Município de Chapecó.